



MINERAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA: O CASO DA CIDADE PEQUENA DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PA

Ednalva Lima Carmo ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender a produção do espaço urbano na Amazônia a partir das políticas públicas implementadas com recursos da mineração em Canaã dos Carajás-PA, uma pequena cidade na Amazônia. Problematiza-se como a gestão pública municipal apropria-se dos recursos provenientes dos royalties da mineração para efetivar políticas públicas que operam na produção do espaço urbano de Canaã dos Carajás. O período de referência é de 2000 a 2020, com foco na compreensão de como a mineração opera na produção do espaço urbano. A pesquisa busca desvendar alguns aspectos sobre o modo de vida dos colonos na época dos Centros de Desenvolvimento Regionais (CEDERE), bem como as mudanças ocorridas depois do início da exploração mineral feita pela Vale. Para isto, utilizam-se dados secundários extraídos de documentos oficiais como do Plano Diretor Municipal de Canaã dos Carajás, mapas e dados estatísticos do IBGE e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do referido município e de literatura recente e clássica sobre a cidade e entrevistas semiestruturadas com agentes modeladores do espaço. Evidencia-se que a mineração contribui decisivamente para a modernização e expansão urbana de Canaã dos Carajás.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, Cidade pequena, Mineração e Amazônia.

ABSTRACT

This article aims to understand the production of urban space in the Amazon from public policies implemented with mining resources in Canaã dos Carajás-PA, a small town in the Amazon. It discusses how the municipal public administration appropriates resources from mining royalties to implement public policies that operate in the production of urban space in Canaã dos Carajás. The reference period is from 2000 to 2020, with a focus on understanding how mining operates in the production of urban space. The research seeks to reveal some aspects of the settlers' way of life at the time of the Regional Development Centers (CEDERE), as well as the changes that occurred after the beginning of mineral exploration carried out by Vale. For this purpose, secondary data extracted from official documents such as the Municipal Master Plan of Canaã dos Carajás, maps and statistical data from the IBGE and the Economic Development Secretariat of the aforementioned municipality and from recent and classic literature on the city and semi-structured interviews with modeling agents of space. It is evident that mining contributes decisively to the modernization and urban expansion of Canaã dos Carajás.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Regional e Produção do Espaço (Gerpe/Unifesspa). E-mail: ednalva.lcarmo@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Gabriel Outeiro. Coorientador: Prof. Dr. Eudes Leopoldo.



Keywords: Production of urban space, Small town, Mining and Amazon.

INTRODUÇÃO

A Região do Sul e Sudeste do Pará recebe continuamente um grande contingente de pessoas e muitas empresas (nacionais e internacionais), motivadas por possibilidades de lucros, empregos e rendas a partir de suas jazidas minerais e de várias outras oportunidades econômicas no campo e na cidade. Os povos da floresta - colonos, ribeirinhos, índios etc. - sofrem com a expropriação de suas terras por grandes empresas. Muitas vidas de trabalhadores amazônicos são ceifadas num cenário onde a grilagem de terras - prática adotada para a posse ilegal - torna-se uma atividade comum na Amazônia.

O maior número de assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados registrados no Sul e Sudeste do Pará ocorreu na década de 1980, que acumulou uma cifra de 349 mortes (PEREIRA, 2015, p. 233). Neste cenário onde as atividades ligadas à terra (agricultura, pecuária, atividades extrativistas) influenciam fortemente no processo de produção das cidades na Amazônia, a urbanização da fronteira está, desse modo, em grande parte, relacionada às trincheiras agrárias² e em função da expansão da produção agropecuária e da mineração (LEOPOLDO, 2020).

Neste sentido, objetiva-se com este artigo compreender a produção do espaço urbano na Amazônia a partir das políticas públicas implementadas com recursos da mineração em Canaã dos Carajás-PA. Respondendo a seguinte pergunta: como a gestão pública municipal apropria-se dos recursos provenientes dos royalties da mineração para efetivar políticas públicas que operam na produção do espaço urbano de Canaã dos Carajás? O período a ser considerado para análise é entre 2000 e 2020 (vinte anos), posto que nesse intervalo de tempo houve uma expressiva expansão do espaço urbano de Canaã dos Carajás.

Verifica-se que a exploração mineral das jazidas do Sossego (2004) e posteriormente S11-D (2016) mudaram a produção do espaço urbano de Canaã dos Carajás-PA, cidade que é fruto de um projeto de assentamento que tinha como base a agricultura familiar e o rural como principal foco de ocupação. O município tem vivenciado transformações profundas tanto no campo, como na cidade, motivadas, principalmente, pelas ações da mineradora Vale (LOPES, SANTOS e CRUZ, 2018, p. 119).

² O termo trincheira agrária é empregado pelo autor com referência aos movimentos de luta pela terra e as diversas formas de resistência existentes na Amazônia.



Desta forma inferimos que a atividade mineradora alterou o processo de produção do espaço, em um movimento que vai do rural ao urbano, passando de um assentamento rural na Amazônia para conectar-se ao mundo e aos seus fluxos globais. Desse modo, a hipótese é que se consolida um processo de modernização da produção do espaço urbano de Canaã dos Carajás a partir das políticas públicas provenientes dos recursos da mineração.

O crescimento vertiginoso de Canaã dos Carajás a partir da mineração levanta inúmeras questões sobre a relação entre as políticas públicas e os royalties. Daí o interesse pelo tema, no sentido de contribuir com a construção de uma urbanização menos desigual na fronteira da Amazônia. Justifica-se também este trabalho, por trazer algumas contribuições teórico-metodológica para pensar a urbanização na fronteira e em pequenas cidades profundamente vinculadas à mineração, visto a necessidade de realização de um resgate histórico do uso e ocupação de Canaã dos Carajás para então entendermos como a atividade mineradora reestruturou os espaços, dando-lhes novas formas e funções.

METODOLOGIA

Esta pesquisa traz uma abordagem interdisciplinar. Metodologicamente, constitui-se em quatro momentos. Primeiro, pesquisa bibliográfica, com a busca de referências que tratem dos processos em análise, no sentido de construir uma fundamentação teórica amparando-se em autores e conceitos que iluminem nossas inquietações sobre a região. Segundo, pesquisa documental, com o levantamento de documentos oficiais do município de Canaã dos Carajás, dentre eles, principalmente, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2013) e o Plano Diretor Participativo (PDP, 2007), volume I, que traz além do contexto histórico, a metodologia para se construir o PDP e diagnósticos municipais, além de imagens, gráficos e mapas que nos ajudam ter uma melhor compreensão do objeto de estudo.

O terceiro momento trata-se do trabalho de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas com o seguinte universo: os pioneiros - os que chegaram à cidade de Canaã dos Carajás antes dos anos 2000, quando a cidade ainda não era diretamente vinculada à atividade mineradora; os empresários/empresas - diferentes perfis como os fornecedores da Vale e da prefeitura, médios comerciantes e pequenos comerciantes; os agentes públicos - servidores públicos (federal, estadual e municipal) que morem no município e que possam nos dar respostas sobre as estratégias adotadas pelo poder público no que se refere ao desenvolvimento do espaço urbano; funcionários da Vale: os beneficiados diretamente com a atividade mineradora. O quarto momento é a construção do banco de dados com base nesse



levantamento de dados primários e secundários, que permitirá a construção de mapas, tabelas, gráficos, entre outros, contribuindo para desvendar os processos em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

É preciso compreender o espaço em sua totalidade para revelar a realidade. Portanto, trata-se da totalidade concreta, que vai para além da soma das partes, compreende também a relação entre elas, por isso o todo não pode ser petrificado na abstração como o que está além das partes, já que o mesmo se cria na interação das partes (OLIVEIRA, 2011, p. 02). Nesse sentido, o espaço urbano é um momento da produção do espaço geográfico.

O espaço urbano capitalista “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 2005, p. 11). As estratégias dos agentes produtores do espaço urbano variam no tempo e no espaço, a relação entre eles torna-se mais complexa ao passo que os interesses que representam podem ser opostos e/ou iguais, acirrando ainda mais a disputa ou colaborando para a formação de alianças (OLIVEIRA, 2011).

O conteúdo que o espaço agrega determina as escolhas dos agentes envolvidos. No caso da mineração, o consumo dos espaços, por sua vez, dar-se entre outras coisas, a partir do usufruto das localizações, bem como do acesso que se tem a elas, que pode ser analisado a partir da circulação e da possibilidade do indivíduo em se deslocar na cidade e, portanto, usufruir dela.

Contudo, é válido ressaltar que este espaço não é consumido igualmente, ao passo que nem todos possuem as mesmas condições de acesso, um importante ponto para o estudo da produção do espaço urbano porque deixa explícita a distinção entre ricos e pobres e suas condições de mobilidade, que pode ser entendido como resultado da produção desigual do espaço, em que o planejamento urbano tem importante papel (OLIVEIRA, 2011).

Para compreender a produção do espaço urbano é necessário que se volte a atenção a um dos seus elementos fundamentais: o planejamento. Pois, segundo Oliveira (2011), o planejamento expressa as ações e decisões dos agentes produtores do mesmo. Que na busca pela manutenção de seus interesses, produzem o espaço de maneira desigual e contraditória, tal como a própria sociedade capitalista em que os interesses individuais sobressaem-se sobre o coletivo e o público, o que pode ser visto na própria cidade, bem como nas leis que dela fazem parte (OLIVEIRA, 2011, p. 04).



Por isso, ainda baseado em Oliveira (2011), precisamos compreender que o planejamento, assim como a gestão, não são neutros, eles são a expressão da sociedade, por isso contém ideologias e interesses. Por conseguinte, interesses que os agentes produtores do espaço lutam para assegurá-los (OLIVEIRA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O foco é a produção do espaço urbano na Amazônia a partir das políticas públicas implementadas com recursos da mineração em Canaã dos Carajás-PA, que é fortemente relacionada com o extrativismo do minério de ferro. Canaã dos Carajás, assim como a maior parte da região Amazônica, era habitada principalmente por índios, mas a partir da década de 1970 iniciou-se o processo de ocupação não indígena. Famílias inteiras deslocavam-se dos seus lugares de origem e instalavam-se nas chamadas vilas. Depois vieram as madeireiras, que iniciavam o processo de desmatamento, com a retirada de madeiras nobres, abriam as estradas e em seguida vinham os médios e grandes fazendeiros, adotando principalmente a pecuária de corte (CRUZ, 2017, p. 96).

Em 1980, o governo criou o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), órgão que tinha como missão minimizar os conflitos na região do Araguaia-Tocantins. No sudeste paraense, com o apoio da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, o GETAT criou os projetos de assentamento Carajás I, II e III (CRUZ E CONGILIO, 2017).

É importante ressaltar que nesta época a referida região pertencia ao município de Marabá e para melhor controlá-la o GETAT criou três Centros Administrativos de Desenvolvimento Regional, os chamados Centros ou CEDERE I, II e III, permitindo que as famílias de imigrantes vindos de vários Estados, principalmente do Maranhão, Tocantins e Goiás (LIMA, 2003, p. 17), fossem assentadas na região ao receberem seus lotes rurais. Cada família dedicava-se à lavoura e pequenas criações de animais, conforme mostra a tabela 1 abaixo.



Tabela 1: Centros de Desenvolvimento Regionais I, II e III.

NOME	ANO DE CRIAÇÃO	NÚMERO APROX. DE ASSENTADOS	NOME ATUAL	MUNICÍPIO PERTENCENTE ATUALMENTE
CEDERE I	1983	550 colonos	CEDERE I	Parauapebas
CEDERE II	1982	1555 famílias	Canaã dos Carajás	Canaã dos Carajás (Sede municipal)
CEDERE III	1985	Sem Dados	Vila Ouro Verde	Canaã dos Carajás – 42 km da sede municipal

Fonte: autoria própria com base em dados do Plano Diretor (PMCC, 2007) e Educação Patrimonial de Canaã dos Carajás (LIMA, Janice Shirley Souza, 2003)

A emancipação de Canaã dos Carajás deu-se em dois momentos. Primeiro desmembrou-se do município de Marabá em 10 de maio de 1988, com a criação do município de Parauapebas, pela Lei nº 5.443/88, no qual Canaã dos Carajás ainda era o CEDERE II, agora pertencente politicamente ao município recém-criado. Sua emancipação de Parauapebas veio a ocorrer em 05 de outubro de 1994 por meio da Lei Estadual nº 5.860/94 (LIMA, 2003).

Para a escolha do nome fez-se um plebiscito entre os moradores. Tinham duas opções de escolha, a primeira era Princesa de Carajás e a segunda Canaã dos Carajás. Como o segundo nome significa Terra Prometida (nome bíblico) e por a maior parte da população pertencer às religiões protestantes, este foi escolhido em 03 de abril de 1994 (LIMA, 2003).

Segundo o Plano Diretor Participativo, as peculiaridades da implantação determinaram as diferenças existentes hoje entre os núcleos originados dos três CEDERES. O CEDERE II concentrava as atividades administrativas e técnicas do GETAT e da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), de comunicação e uma pequena estrutura de arruamento, este centro administrativo ficou em uma área plana, distante dos outros. Já os dois outros centros (CEDERE I e III) possuíam poucas instalações complementares, eram mais próximas aos lotes rurais, o que determinou a evolução para vilas rurais. O CEDERE III é hoje a Vila Ouro Verde, em Canaã dos Carajás, e o CEDERE I é uma pequena vila de Parauapebas.

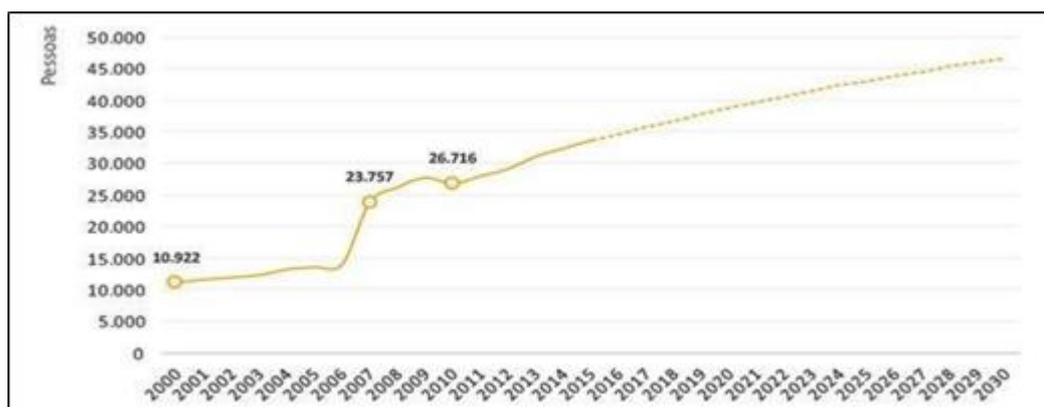
Nesse processo histórico de transformação, o tecido urbano de Canaã dos Carajás desenvolveu-se a partir da Avenida Weyne Cavalcante, a principal via da cidade, cuja origem é a rodovia PA-160. O ponto central da cidade é o cruzamento das Avenidas Weyne Cavalcante e Pioneiros, onde começaram os primeiros pontos de ocupação e percebe-se ainda um pequeno



conjunto de eixos dotados de integração viária, que se expande numa rede com baixos níveis de integração, concorrendo para a fragmentação do tecido urbano (PLHIS, 2013).

A mobilização feita pela Vale, para as instalações e para a execução dos Projetos Sossego (2004) e, depois, o S11-D (2016), começa por volta do ano 2000, atraindo pessoas de outras regiões do estado do Pará e de várias partes do Brasil, alterando a densidade populacional da cidade. O município sofreu uma explosão populacional, saltando de 10.922 habitantes em 2000 (IBGE, 2000) para 33.632 habitantes em 2015 (IBGE, 2010). Em apenas 15 anos, o município obteve uma surpreendente taxa de crescimento acima de 208%. O gráfico 1 mostra este crescimento e as estimativas previstas para a cidade de Canaã dos Carajás nos próximos anos.

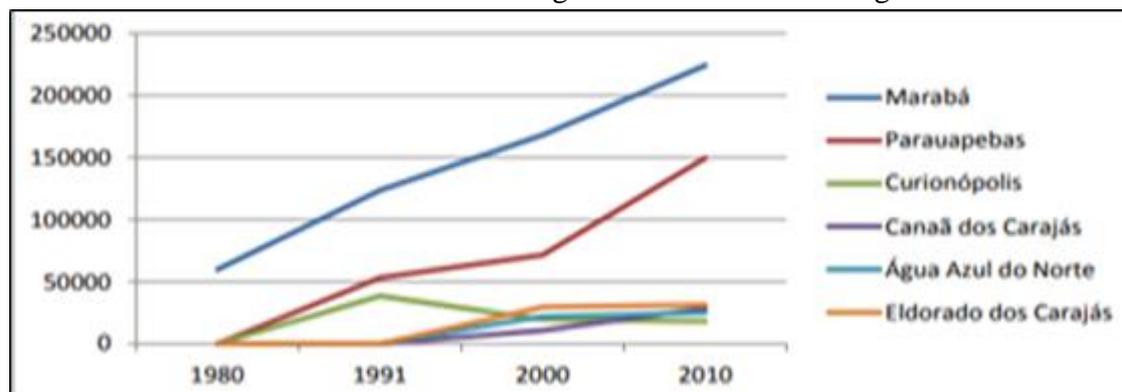
Gráfico 1 – População residente, estimativas e projeções populacionais: Canaã dos Carajás 2000/2030



Fonte: PLHIS (2018). Elaboração: Synergia, 2016.

Houve um processo de explosão demográfica em Canaã dos Carajás, sobretudo depois de 2010, principalmente quando se iniciam as obras de implantação do S11-D, acompanhando o crescimento do contingente populacional da região, como também ocorreu nos municípios de Marabá e Parauapebas. No gráfico 2 podemos perceber esse processo na região. Marabá passou de aproximadamente 60 mil habitantes em 1980 para quase 225 mil em 2010. Em trinta anos a população quase se quadruplicou. Parauapebas também passou por situação semelhante, passando de pouco mais de 50 mil habitantes em 1991 para quase 150 mil em 2010 e Canaã dos Carajás passou de 11 mil habitantes para 28 mil em 2010. (PLANO LOCAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2013).

Gráfico 2 – Crescimento Demográfico da Microrregião de Parauapebas



Fonte: Plano Local De Habitação De Interesse Social (PMCC, 2013).

Neste período, chegaram pessoas de vários cantos do País, que se identificam como “pioneiros”, pois, segundo eles, quando chegaram no local tiveram que construir toda a estrutura necessária para viverem, desde ruas até escolas. Na figura 3 podemos perceber que a cidade inexistia, ela foi reproduzindo-se muito rapidamente por conta da atividade minerária.

Figura 3: Colonos no CEDERE II, em 1982.



Fonte: Acervo pessoal de David Ferreira Santos (PDP, 2007).

Em Canaã dos Carajás, a mineração fomentou a produção imobiliária e a grande pecuária, que compõem um circuito superior, e as práticas de produção familiar (agricultura urbana, apicultura, artesanato, etc.) e de varejo e serviço informal, constituindo um circuito inferior (CARDOSO, CÂNDIDO, MELO, 2018). Ainda segundo Cardoso, Cândido e Melo (2018), a reorganização do território se dá com base em novas lógicas, que são: a busca do assalariamento, a especialização de mão de obra e o território como base para a produção e a



transformação da cidade em mercadoria. A demanda por comércio, serviços e mão de obra, gerada pelo empreendimento, consolidou o crescimento da cidade (PDP, 2007).

A pequena cidade de Canaã dos Carajás tem seu ritmo cada vez mais entrelaçado com o ritmo do grande capital. Ela possui uma dinâmica própria de uma cidade na floresta, ou seja, aquelas cidades que tendem a se articular principalmente com demandas externas, fazendo da floresta um elemento de pouca integração à vida urbana e, ao mesmo tempo, transformando-a em espaço de exploração econômica (TRINDADE JR. 2010).

Figuras 4, 5 e 6: Retorno da Avenida Weyne Cavalcante - 1995/2004/2021.



Fotos: Acervo PMCC/SEPLAC.



Fonte: CARMO, Ednalva (2021).

Com relação à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é uma contraprestação paga pela empresa ao município pela utilização econômica dos recursos minerais, Canaã dos Carajás recebe uma das maiores receitas do Estado do Pará, perdendo apenas para Parauapebas. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, a receita orçamentária da cidade cresceu 107,43% no período de 2010 a 2013. Já

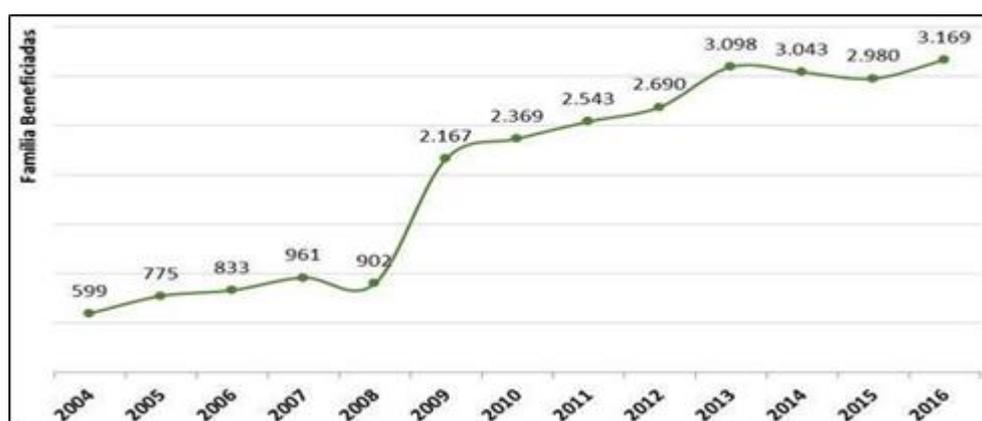


a receita própria cresceu 209% no mesmo período. Isso mostra um aumento na capacidade de investimento do município (PLHIS, 2013, p. 78).

Há uma preocupação conjunta, da municipalidade e da CVRD, em diversificar as atividades econômicas locais, e revitalizar a atividade agropecuária, para evitar que o esgotamento dos ciclos de exploração mineral afete, no futuro, a sustentabilidade do município (a Mina do Sossego, por exemplo, tem vida útil de 17 anos). Esforços neste sentido criaram, em 2005, a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás (Agência Canaã), após um período de discussões comunitárias de quase um ano. A Prefeitura e a CVRD são sócias da Agência, e grande parte das entidades associativas do município dela fazem parte (PDP, 2007).

Responsável pelo fomento desde as políticas de desenvolvimento aos Arranjos Produtivos Locais (APL), a Agência Canaã teve iniciativas como a criação de uma associação de apicultores, capacitação de pequenos produtores rurais (PDP, 2007) e vários outros cursos de capacitação a diferentes públicos. No entanto, apesar do desenvolvimento de questões sociais e econômicas e indicadores de desenvolvimento elevados, ainda apresenta uma dependência expressiva no que se refere aos benefícios governamentais, conforme podemos notar no gráfico 2.

Gráfico 2: Número de famílias beneficiárias do programa bolsa família:
Canaã dos Carajás - 2004/2016.

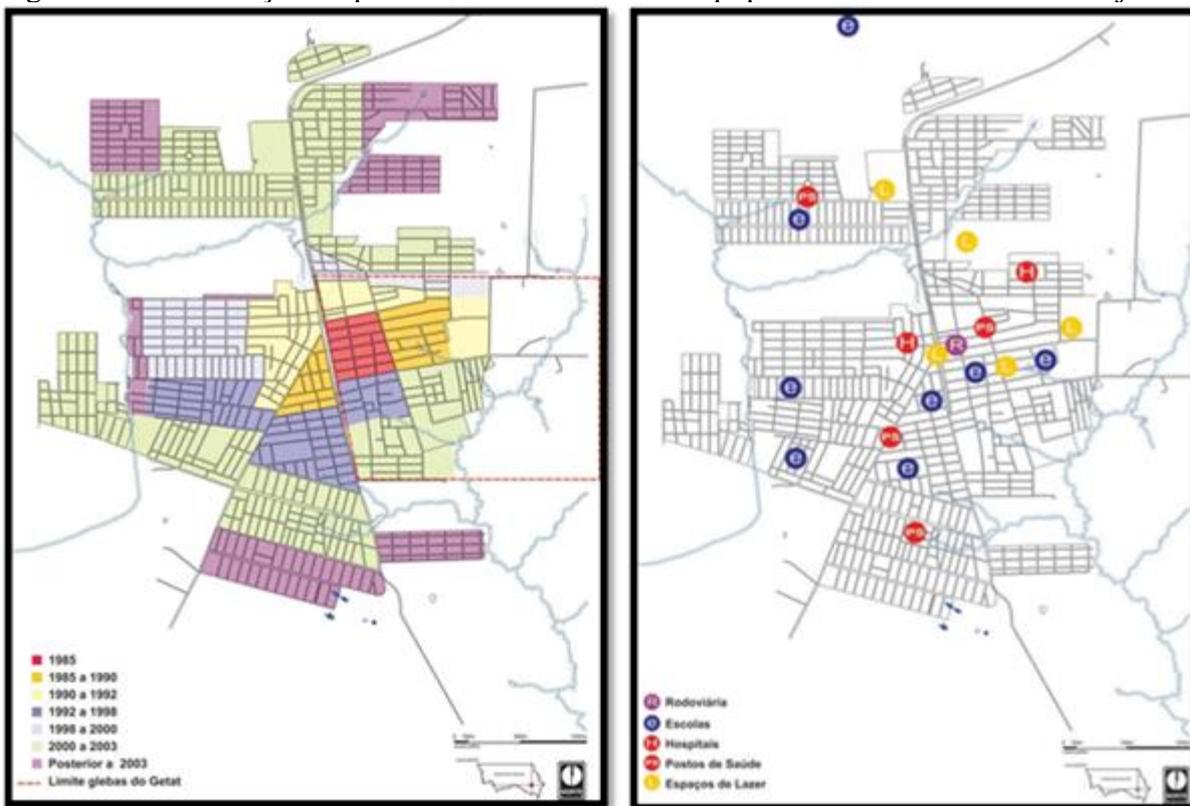


Fonte: (PLHIS – 2018).

As novas receitas da mineração (Imposto Sobre Serviços - ISS e royalties) e a acelerada urbanização dificultaram a compreensão global dos processos em curso e a necessidade de formação de um corpo técnico capacitado a gerenciar tamanhas mudanças (CARDOSO,

CANDIDO e MELO, 2018). A figura 08 mostra a expressiva expansão do espaço urbano da cidade de Canaã dos Carajás, desde a época do GETAT até os dias atuais. Em 1985, a gleba de atuação do GETAT era muito pequena comparada com a imagem posterior a 2003. Percebe-se ainda na figura 09 a distribuição dos equipamentos urbanos ao longo do tecido urbano da cidade.

Figuras 8 e 9: Evolução do parcelamento urbano e os equipamentos de Canaã dos Carajás-PA.



Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social (PMCC, 2013).

Com o passar do tempo e da vultosa soma de royalties advindo da mineração, o poder público juntamente com a Vale começaram a construir muitos equipamentos públicos e distribuí-los pelo município, tanto na zona urbana como na zona rural.

As providências tomadas pelo poder público – construção de escolas, postos de saúde e hospital e melhorias no sistema viário e na provisão de infraestrutura urbana – reverberam positivamente junto à população que enfrentou enorme precariedade anteriormente, mas não consegue avançar na transformação das condições de vida para os novos migrantes - a decisão da localização e porte dos equipamentos é pautada



mais pelos interesses de expansão e produção da que pelas necessidades da população (CARDOSO, CANDIDO e MELO, 2018, p. 131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante de um campo vasto para pesquisa. Canaã dos Carajás traz em sua história recente de surgimento muitas questões para a compreensão da produção do espaço no século XXI. Diante das concepções apresentadas nesta pesquisa, percebe-se que o espaço urbano é construído e reestruturado de acordo com as mudanças determinadas social e historicamente. Há muitas discussões a serem consideradas na interpretação da cidade, especialmente quando pensamos na ideia de desenvolvimento, que não pode ser reduzido à crescimento urbano.

A cidade cresceu muito, novos bairros surgiram, grande parte irregulares, novas oportunidades de emprego, novos moradores e com eles outras demandas para a gestão pública, visto que o urbano cresceu em número de habitantes e em tamanho de espaço ocupado. Gerir uma cidade mineradora é um grande desafio, uma responsabilidade ímpar, ao passo que o minério é finito e se não forem criadas condições para a autonomia econômica da cidade mais problemas futuros virão.

Quando o município foi criado, a população concentrava-se na zona rural e vivia das atividades agrícolas. No entanto, percebe-se ao longo desta pesquisa que a atividade minerária mudou esta realidade. Hoje a sede do município concentra a maior parte da população. Houve uma inversão do rural para o urbano e das atividades econômicas, que agora giram em torno dos projetos de mineração, de forma direta ou indireta.

Nota-se um crescimento econômico muito fragilizado da cidade, na medida em que há uma grande dependência do município com relação à CFEM. Quase toda a economia está condicionada às atividades mineradoras. Os serviços são prioritariamente para atender a mineração, a especulação imobiliária é muito grande, e mesmo com grande esforço no desenvolvimento dos APLs ainda há uma carência em maiores investimentos para o fomento deste setor.



Entende-se, portanto, que apesar do que tem sido feito com o intuito de fortalecer as cooperativas e a economia local, ainda é pouco para suprir as grandes demandas que surgem a cada dia numa velocidade maior do que as ações.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO.
https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/majores_arrecadadores.aspx. Acesso em 30/03/2021 às 14h25.

CARDOSO, A.; CÂNDIDO, L.; MELO, A. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n.1, p.121-140, abr. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10787>. Acesso em: 04/04/2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

CRUZ, Thiago Martins da; CONGÍLIO Célia Regina. **Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense**. 2017

Estatística Municipal. **Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará**. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo, 2010**. Acesso em: 21 out. 2020.

LEOPOLDO, Eudes. A teoria regional na atualização da Geografia Crítica contemporânea: a urbanização da fronteira na Amazônia, a região do Sul e Sudeste do Pará. **Confins**, n. 44, 2020.

LIMA, Janice Shirley Souza. **Educação Patrimonial na área do Projeto Serra do Sossego Canaã dos Carajás**. Belém: MPEG/CRVD-MSS/FIDESA, 2003.

LOPES, Rafael Rodrigues; SANTOS, Marcelo Melo dos, e CRUZ, Thiago Martins da. **Mineração e conflitos pela posse da terra em Canaã dos Carajás: O caso do acampamento Planalto Serra Dourada**. 2018

OLIVEIRA, Dayana Aparecida Marques. Discurso e planejamento urbano no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213>. Acesso em: 21 out. 2019.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p. 229-255, jan./jun., 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS. **Plano Diretor Participativo de Canaã dos Carajás-PA**. 2007.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair da. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, vol. 7, n. 12, 2010.

VALE. **Relatório a VALE em Canaã dos Carajás**. 2014.